

A INEXORABILIDADE ENTRE A HUMANIDADE E O MEIO AMBIENTE: IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO E DO NEOLIBERALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

THE INEXORABILITY BETWEEN HUMANITY AND THE ENVIRONMENT: IMPACTS OF GLOBALIZATION AND NEOLIBERALISM IN CONTEMPORARY

João Cenamo Baldi Freitas¹
Fernanda de Castro²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a saúde humana e os contemporâneos danos ao meio ambiente, no sentido de explicitar a relação indissociável entre a vida humana, a manutenção e a preservação do meio ambiente. Além disso, o trabalho pretende conectar os fenômenos políticos e econômicos do neoliberalismo e da globalização às dimensões da precarização da saúde pública e ambiental. A metodologia de trabalho utilizada foi uma revisão da literatura sobre o tema, dando enfoque às epistemologias do Sul, bem como a análise de dados acerca dos elementos componentes da provável e próxima crise climática, tais como o desmatamento e o aumento da produção de lixo. Dessa forma, pretende-se demonstrar o resultado do impacto da doutrina política-econômica neoliberal na saúde pública e ambiental, somado ao contexto globalizado relacionado ao aumento de produção e de consumo de bens em detrimento do meio ambiente.

Palavras-chave: Meio ambiente, Capitalismo, Saúde.

ABSTRACT: *This work aims to analyze the relationship between human*

¹ Graduando em direito pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus Franca.

² Fernanda de Castro. Pesquisa de pós-doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mestra em planejamento e análise de políticas públicas e doutora em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), UNESP campus de Franca.

health and contemporary damage to the environment, in order to explain the inseparable relationship between human life, maintenance and preservation of the environment. In addition, the work intends to connect the psychological and psychological phenomena of neoliberalism and globalization to the dimensions of the precariousness of public and environmental health. The work methodology used was a review of the literature on the subject, focusing on the epistemologies of the South, as well as the analysis of data about the component elements of the future and next climate crisis, such as deforestation and the increase in waste production. In this way, it is intended to demonstrate the result of the impact of the neoliberal political-economic doctrine on public and environmental health, added to the globalized context related to the increase in production and consumption of goods to the detriment of the environment.

Keywords: *Environment, Capitalism, Health.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo discorre e analisa os impactos dos fenômenos contemporâneos da globalização e do neoliberalismo sobre a saúde pública no Brasil, retratando com mais afinco a questão da Emenda à Constituição nº 95 de 2016. Também, visa demonstrar as consequências culturais, epistemológicas e ambientais no plano nacional e internacional dos dois fenômenos destacados acima, a partir dos referenciais e lastros teóricos e científicos críticos do capital cultural e científico hegemônicos.

Dessa maneira, pautando-se na análise de dados e na revisão bibliográfica acerca do tema, buscou-se relacionar a degradação da saúde humana com a precarização da saúde humana e ambiental, tendo em vista a necessidade imperativa da manutenção e da preservação do meio ambiente para a sobrevivência e bem estar da espécie humana. Pois, em que pese a ideologia megalomaniaca e antropocêntrica do quadro capitalista de desenvolvimento e produção contemporâneo, a humanidade depende da natureza para sobreviver e viver.

Portanto, a saúde ambiental pode-se dizer que é inerente à saúde humana. Nesse sentido, seja pela precarização da saúde

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

pública, seja pela destruição maciça do meio ambiente, observaram-se as influências do neoliberalismo e da globalização na condenação da humanidade para um provável futuro caótico e insalubre, especialmente causado pela iminente crise climática.

Entretanto, por se tratar de um tema muito complexo, o presente artigo não se dispôs a responder a questão acerca da possibilidade, ou não, de um desenvolvimento sustentável segundo os moldes capitalistas, por demandar um estudo mais aprofundado e complexo. Sendo assim, dispôs-se a avaliar, apenas, a contribuição das práticas neoliberais e globalizantes ao contexto contemporâneo da crise ambiental, ressaltando especialmente o infeliz e notável desprezo para com os saberes e as técnicas não predominantes dos povos tradicionais e originários acerca do tratamento e da utilização da natureza em simbiose com a humanidade.

1. SAÚDE PÚBLICA E O NEOLIBERALISMO: O REFORMISMO ESTATAL

A saúde é um direito e uma condição inerente à vida humana, tanto que possui regulamentação estatal para que seja efetivado e alcance toda a sociedade. Na Constituição brasileira de 1988, a temática da saúde está disposta no art. 196, expressando que a saúde é direito de acesso universal e igualitário, além de ser um dever do Estado no sentido de implementar políticas públicas de caráter socioeconômico que tenham como objetivo a redução do risco de doenças e o manutenção da saúde populacional no geral.

Essas políticas devem, portanto, promover, proteger e recuperar a saúde das pessoas, por meio de ações públicas voltadas à proteção da vida humana não somente no aspecto da sobrevivência, mas também da vida digna. Vale ressaltar que a saúde não se limita à ausência de doenças ou enfermidades, tendo em vista que no que diz respeito à manutenção de uma

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

vida salutar, por exemplo, o acesso ao saneamento básico também se faz essencial.

Inclusive, o saneamento básico consta como direito assegurado pela Constituição nacional, ainda que pese o fato de que, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINS), 47% dos brasileiros (cerca de 100 milhões de pessoas) carecem de acesso ao saneamento básico (BRASIL, apud VELASCO, 2020).

Entretanto, o Brasil possui o maior sistema público de saúde do mundo, o SUS (Sistema Único de Saúde), que possui uma estrutura descentralizada e regionalizada que tem como missão atender todos os aspectos relacionados à saúde. No entanto, a manutenção do SUS depende da disposição adequada de recursos financeiros e de políticas de fortalecimento para que a saúde pública seja vista, tal como dever ser, como um bem essencial à sociedade brasileira.

Destaca-se que os repasses para a saúde têm por base o Produto Interno Bruto Nacional (PIB), recolhido em cada ano fiscal. Antes do ano de 2016, a saúde recebia a porcentagem mínima de 15% do PIB (BRASIL, 2020), porcentagem essa que foi diminuindo ao longo dos anos, com o cenário dos investimentos feitos pelo governo federal, conforme se verá mais à frente.

O cenário de retração de investimentos em saúde decorreu de uma política contrária ao disposto no texto constitucional, que encontra suas raízes na Reforma Administrativa da década de 90 que, com a promessa de estabelecer um ponto de equilíbrio entre o social e o econômico, transformou a realidade brasileira em um cenário de intensas crises econômicas, sociais e políticas na área da saúde (NAKAMURA, 2021).

Acerca do neoliberalismo, vale ressaltar o resgate dos

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

ideais liberalistas burgueses promovidos pela queda do Estado absolutista e pelas revoluções liberais do século XVIII, como a Revolução Francesa e a Norte-americana.

Nessa compreensão, o Estado, com apoio das Constituições liberais e burguesas desenvolvidas por intermédio de pensadores como John Locke, passou a visualizar o indivíduo como razão de existir do próprio Estado, haja vista as reivindicações contundentes sobre as liberdades e direitos de primeira geração.

Assim, em contrapartida com a compreensão aristotélica de Estado, na qual a sociedade é a razão e o enfoque estatal, pode-se explicar a diminuição da participação pública na economia e na promoção de políticas públicas que vinculam o governo à satisfação das necessidades coletivas e públicas. Contudo, aponta-se que a frequente e contínua defesa da economia e do indivíduo em prejuízo do coletivo faz parte do histórico cíclico e não coincidente da proposta de um capitalismo em que cada vez menos haja responsabilidade social para o Estado.

Nesse aspecto, a coletividade é englobada pelo sistema capitalista de maneira secundária, pois o objetivo primário é o lucro, exprimido pela ideologia da economia de mercado e pela individualidade em detrimento do bem comum (BARBA; SANTOS, 2020).

Contudo, o protagonismo do lucro não é regra inquestionável, pelo contrário, é produto da estrutura capitalista vivenciada, tendo em vista, como demonstra o trecho a seguir, que outros valores, como o bem estar e o coletivo, podem ser os protagonistas: (BARBA; SANTOS, 2020, p. 38):

Em verdade, todas as culturas tradicionais e seus mais arraigados conhecimentos não visam ao lucro, mas sim um “bom viver” em comunidade,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

com compartilhamento e preservação, sem sigilos, sem exclusividades, tudo é comum a todos. Com relação a este “bom viver”, “direito ao bem viver” ou ainda “buen vivir” merece destaque, pois, representa um dos grandes pilares das constituições latino-americano, um ideal percebido “nos saberes, na tradição, na cultura indígena, sob diferentes aspectos” (CANOTILHO e LEITE, 2015, p. 484). “A concepção do bem viver é parte essencial da cultura milenar dos povos originários da América Latina, integrando sua visão de mundo e se mantendo vigente em muitas comunidades indígenas até a atualidade” (CANOTILHO e LEITE, 2015, p. 484).

Este ideal remete a uma convivência harmônica, que dirige a vida em plenitude e de equilíbrio com a natureza, defende o direito a uma existência digna a todos e proclama o dever de manutenção da vida.

Trazendo esse cenário para o histórico mais recente do Brasil, tem-se que no ano de 2016, o Brasil viveu um episódio de grande efervescência política, com o impeachment da presidenta Dilma e o início do governo Temer, que trouxe um grande fortalecimento da política de retração de investimentos sociais (BRAVO, 2019).

Nessa conjuntura, a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos surgiu com a proposta de limitar as despesas do governo federal, congelando os gastos públicos por 20 anos. Assim, os gastos com serviços públicos, como a saúde, a educação e o serviço social, por exemplo, seriam determinados pelo valor gasto no ano anterior, corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). De forma simplificada, os repasses do Governo Federal destinados aos serviços públicos tendem apenas a cair, levando-se em consideração o esperado crescimento da arrecadação, acima da inflação (BRAVO, 2019).

Tanto é verdade a queda dos investimentos na saúde

pública que, de acordo com matéria publicada em fevereiro de 2020, no site do Conselho Nacional de Saúde, no ano de 2019 a Saúde perdeu cerca de 20 bilhões em investimentos em decorrência da EC 95/2016 (BRASIL, 2020).

No ano de 2017, quando a EC 95/2016 entrou em vigor, segundo o Conselho Nacional de Saúde, os investimentos com a saúde foram mínimos, 15,77% da arrecadação da União, ou seja, cerca de R\$ 142,8 bilhões. Já em 2019, esse percentual caiu para 13,54%, isto é, cerca de R\$ 122,6 bilhões. Desta maneira, observa-se a perda de R\$ 20,19 bilhões no orçamento da Saúde. E, de acordo com o então presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto “com o orçamento congelado por 20 anos, o prejuízo ao Sistema Único de Saúde pode ultrapassar os R\$ 400 bilhões” (BRASIL, 2020). Com o congelamento do Teto de gastos, observa-se a diminuição da contribuição per capita da Saúde. Se em 2014 o valor investido por pessoa chegou a R\$ 595, em 2020 esse valor não ultrapassou os R\$ 555 (BRASIL, 2020).

É mínimo afirmar que com os investimentos na saúde congelados por 20 anos e com a diminuição da contribuição *per capita*, decorre-se a precarização da saúde. Em vista do estilo de serviço público oferecido pelo Ministério da Saúde brasileiro, com enfoque principalmente na redução do risco de doenças e no combate de mazelas, a redução dos investimentos na saúde atinge a população brasileira de forma geral, de forma ainda mais grave às parcelas mais pobres da população, que não podem contar com convênio de saúde privado e tampouco com seguro de vida.

2. MEIO AMBIENTE, SAÚDE HUMANA, GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: RELAÇÃO

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

ENTRE O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE HUMANA

O modelo de desenvolvimento predominante na contemporaneidade - o capitalismo - se desenvolveu de tal forma que a superexploração dos recursos naturais se sobressaiu perante à saúde e à manutenção das diversas formas de vida habitantes do globo. Nesse sentido, contemporaneamente, as questões envoltas no rol de assuntos da ecologia, do desenvolvimento sustentável e da crise climática são pautas principais na mídia, na academia e nas relações internacionais.

Assim sendo, na última semana de novembro de 2019, a Organização Meteorológica Mundial compartilhou os dados confirmados do ano de 2018 no que diz respeito às quantidades de CO₂ (Dióxido de Carbono) na atmosfera, concluindo que a concentração dos gases do efeito estufa nesse ano era equivalente à concentração de 3 milhões de anos atrás no planeta (BARRETO, 2020).

Sendo assim, atualmente a humanidade se contempla com a provável e cada vez mais alarmante crise climática. Decorrente do modelo capitalista de produção vigente e da exploração sem precedentes e desenfreada dos recursos naturais e da biodiversidade pelos seres humanos, a natureza e o meio ambiente foram severamente danificados e desequilibrados. Contudo, para a infelicidade da espécie humana, o meio ambiente é requisito inquestionável e primordial para a sua sobrevivência e continuação.

Como possíveis consequências da realidade construída pela humanidade, muito em função do aquecimento global observado, ondas de calor intenso, chuvas fortes, aumento dos níveis oceânicos, perda de biodiversidade, secas e problemas graves relativos à insegurança alimentar e disponibilidade de água para os humanos poderão ser potencialmente aumentados (POLYCHRONIOU, apud CHOMSKY; POLLIN, 2020).

Portanto, levando em consideração esses apontamentos, há a necessidade emergencial de políticas públicas, de cunho

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

internacional e nacional, relacionadas ao meio ambiente e também fundamentadas em perspectivas ecológicas e sustentáveis.

Entretanto, observa-se no mundo movimentos contraditórios: o progresso a favor de um modelo de desenvolvimento sustentável e o movimento negacionista em relação à crise ambiental, tendo como nacionais Jair Bolsonaro (governo atual) no Brasil e Donald Trump (2017 -2021) nos Estados Unidos (CHOMSKY, 2021).

No Brasil, por exemplo, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Amazônia Legal perdeu cerca de 10.479 km² de floresta entre os períodos de agosto de 2020 e julho de 2021, de tal forma que tenha sido a pior taxa dos últimos dez anos e 57% superior à medição passada (MODELLI, 2021). Quanto aos Estados Unidos, pode-se elencar a sua saída do Acordo de Paris de 2015 pelas mãos de Donald Trump, de maneira que observa-se, então, a grande problemática relativa à ignorância acerca da temática ambiental.

Porém, conforme o decorrer do fenômeno da Globalização¹ no período do pós guerra, pelo qual os mercados financeiros, as tecnologias, as informações, a cultura e o modelo capitalista de produção e desenvolvimento foram praticamente universalizados e difundidos pelo mundo (RIBEIRO, 2002), o aumento da produção de lixo, da exploração dos recursos naturais e do desmatamento também cresceu. Por exemplo, segundo relatório da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial, nos últimos 30 anos o aumento de produção de resíduos sólidos urbanos foi três vezes maior do que o aumento populacional (BRASIL, 2014).

Somado ao contexto econômico atual da doutrina do neoliberalismo, na qual preserva-se o lucro, a iniciativa privada e a economia de mercado em detrimento de todo resto, a questão da saúde ambiental e da saúde humana encontram um grande

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

desafio.

A soma dos fenômenos da globalização e da ascensão da doutrina neoliberal ao redor do mundo, inserido na perspectiva de sistema econômico capitalista, chancelam e colaboram para a desqualificação dos saberes e dos conhecimentos tradicionais e originários relativos à manipulação do meio ambiente pelo indivíduo.

Nesse sentido, a autora indiana Vandana Shiva (2003), na sua obra “Monoculturas da mente”, desenvolve o conceito de “antidesenvolvimento”, o qual trata sobre a capacidade do modelo e do sistema atual de desenvolvimento de convencer a sociedade de que ele é a única forma de solucionar os conflitos e problemas de forma equânime e universal (SHIVA, apud BARBA; SANTOS, 2020).

Na mesma toada, a autora indiana utiliza o termo “monocultura da mente” para descrever o fato de que os conhecimentos e saberes não científicos ligados à métodos de produção e interação ambiental, geralmente atrelados aos povos originários e tradicionais, são desvalorizados e diminuídos em função dos saberes e técnicas científicas (SHIVA, apud BARBA; SANTOS, 2020). Portanto, há uma predominância e uma hegemonia do saber científico do ponto de vista cultural e epistemológico. Corroborando com isso, como ressalta a autora Sara Araújo (2016), a composição do olhar e da percepção dos fenômenos pela ciência hegemônica pode ser traduzida, em outras palavras, pela interpretação e pela produção de conhecimento e de ciência pela experiência e pelo viés do dominador, e não do dominado (ARAÚJO, 2016).

Utilizando o termo elaborado pela autora, as Epistemologias do Norte predominam em relação às do Sul, na compreensão de que os conhecimentos, os saberes, as informações e as técnicas valorizadas e disseminadas pela humanidade correspondem àquelas elaboradas pelos povos, pelas nações e pelos indivíduos histórica, cultural, econômica e politicamente mais beneficiados (ARAÚJO, 2016).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

¹ Adota-se a interpretação de Milton Santos, elencada a seguir: “O espaço geográfico viabiliza a globalização, dado que ele materializa três de seus pressupostos: "a unicidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor" (1994:49). A unicidade técnica é entendida como a capacidade de instalar qualquer instrumento técnico produtivo em qualquer parte do mundo. A convergência dos momentos é possibilitada pela unificação técnica, pela capacidade de comunicação em tempo real.

O que significa dizer que a ciência, a tecnologia, as técnicas e o sistema de desenvolvimento e de produção consolidados e disseminados pela Globalização estão assentados sobre as raízes e os escopos dos valores e das noções, fundamentalmente, ocidentais, capitalistas e coloniais.

Partindo dessas noções, alguns autores consideram que a globalização acarretou na uniformização e na homogeneização da cultura e do sistema de valores impetrados na sociedade contemporânea, o qual valoriza a propriedade em detrimento da vida e saúde humana (RIBEIRO, 2002). É a liberdade que é permeada pelos valores de poder econômico. É, no dizer atual, que quanto mais eu ganho, mais eu posso, mesmo que isso signifique viver em um contexto de total desconexão com o que traz vida: o meio ambiente.

A percepção de Shiva acerca da disseminada, porém equivocada, ideia de que apenas o atual modelo é capaz de responder às demandas e necessidades colocadas, encontra-se diretamente com a compreensão do geógrafo Milton Santos acerca da relação entre a Cultura e a Globalização, visto que segundo Ribeiro (2002, p. 2):

Milton Santos concebe que “cada lugar, é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local convivendo dialeticamente” (Santos, 1996:273). Para ele, a importância de

estudar os lugares reside na possibilidade de captar seus elementos centrais, suas virtudes locacionais de modo a compreender suas possibilidades de interação com as ações solidárias hierárquicas. É no lugar que a cultura vai ganhar sua dimensão simbólica e material, combinando matriz globais, nacionais, regionais e locais.

Por fim, a unicidade do motor é a direção centralizada, exemplificada pela direção do mundo econômico e das finanças pelos executivos que atendem aos interesses dos donos das empresas transnacionais e do sistema financeiro internacional.” (SANTOS, apud RIBEIRO, p.4, 2002)

Sobre essa interpretação inclusiva e contemplativa das possibilidades de valorização da parte e do singular, e não só do todo, que a globalização pode permitir em função dos meios técnicos e informacionais instantâneos (lamenta-se o entendimento contrário) no qual os fluxos de investimento e de informação caminham para a manutenção do mesmo sistema hegemônico e totalizador. Por exemplo, acerca da predominância de valores e de técnicas que caminham na ordem metonímica do todo pela parte, e não da parte pelo todo, Ribeiro (p.3, 2002) elenca:

O que seria essa paisagem estética? Um tecido urbano que contém valores culturais transpassados pela afirmação do mesmo, que oprimem o singular, sintetizados, por exemplo, em formas urbanas produzidas a partir de modelos de arquitetura oriundos de países hegemônicos, uma das críticas às cidades contemporâneas, como aponta o geógrafo espanhol Horacio Capel (2001). Isso é facilmente observável na paisagem de São Paulo, uma megacidade brasileira localizada em plena faixa tropical, na qual identificam-se milhares de prédios envidraçados, tal qual preconiza a arquitetura de países temperados. Ora, os ambientes produzidos por tal concepção resultam extremamente quentes, gerando a necessidade do uso de aparelhos para resfriar o ar, aumentando o consumo energético. Seria muito mais simples edificar prédios segundo a boa arquitetura colonial brasileira, com seus tetos elevados e amplas janelas que permitem desde a entrada de luz natural, abundante nos trópicos, quanto a circulação do ar, refrescando o ambiente. Mas o esteticismo a que se refere Jameson prevalece e a paisagem paulistana aquece quem vive nela.

No quesito ambiental, tomando o Brasil como uma das nações de maior potencial ecológico e sustentável, a permanência de um modelo de desenvolvimento e de um sistema de valores calcado em prismas hegemônicos faz com que sejam desperdiçadas as grandes possibilidades de investimento e de reconhecimento de tecnologias, saberes e tradições desenvolvimentistas vinculadas à uma interação mais saudável com o meio-ambiente e, por consequência, com a saúde humana (BARBA, SANTOS, 2002).

No contexto nacional, elencam-se algumas tentativas insuficientes do plano institucional para combater as problemáticas ambientais, tais como a Lei de Biodiversidade (nº 13.123/15), a promoção da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e da Rio - 92 (BARBA, SANTOS, 2020). Soma-se e demonstra-se a ineficiência material dessas ações com o crescente histórico de desmatamento em km² da Floresta Amazônica, o qual, segundo dados do TerraBrasilis, medidos no período de Agosto - Julho dos respectivos anos, corresponderam a: no período de 2015/2016, 5.377 km²; 2016/2017, 4.639 km²; 2017/2018, 4.570 km²; 2018/2019, 6.844 km²; 2019/2020, 9.216 km²; 2020/2021, 8.780 km²; 2021/2022, 2.832 km².

Logo, contempla-se um panorama dos impactos da globalização na questão ambiental e da prevista crise climática, salientando o caráter excludente desse fenômeno no que toca às formas e técnicas de saberes e conhecimentos tradicionais, indígenas e originários, em razão da sustentação de uma ideologia e de um modelo de desenvolvimento capitalista no qual se observa muito mais o lucro e a individualidade, do que o coletivo e o bem-estar.

Além disso, destaca-se que, recentemente, em face de uma ideologia que prioriza o econômico em detrimento do social, especificamente da saúde humana, verifica-se uma escalada na onda do desmatamento na Amazônia que chegará a irreversibilidade, afetando a saúde global e qualidade de vida no planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste artigo reunir e demonstrar algumas das inúmeras consequências dos impactos dos fenômenos mundiais contemporâneos do neoliberalismo e da globalização em conexão com a saúde humana, como também da saúde ambiental no mundo e no Brasil. Dessa maneira, por meio da análise de dados, de legislação e dos referenciais teóricos, procurou-se manifestar a gigantesca relevância da problemática ambiental e ecológica colocada em frente à humanidade.

Nesse tom, comentou-se a relação da ascensão do neoliberalismo no Brasil, embutido ideologicamente na Emenda à Constituição nº 95 de 2016 através do corte de gastos, com a queda no orçamento e nos investimentos na área de saúde pública do país. Ou seja, por intermédio da interpretação de livre mercado e da diminuição do Estado na arena pública, a precarização da saúde se revelou.

Compreendeu-se que o modelo contemporâneo de desenvolvimento hegemônico no mundo - o capitalismo -, somado às potencialidades espaciais, técnicas e informacionais proporcionadas pelo processo de globalização do século passado, em conjunto com a doutrina econômica neoliberal, contribuiu para o agravamento severo da provável crise climática que se aproxima e das políticas públicas de saúde. Essa característica peculiar do capitalismo aliado à ideologia neoliberal advém do fato de que o indivíduo no seu espectro de

propriedade é mais importante que a comunidade como um todo. Assim, o Estado retrai-se para promover a lei do mercado, mesmo que isso signifique queda na qualidade de vida.

Sob outro aspecto, agregando os conceitos dos autores Milton Santos, Vandana Shiva e Sara Araújo, pretendeu-se evidenciar as decorrências econômicas, sociais, culturais e epistemológicas da globalização e da forma negativa e excludente pela qual o sistema de produção capitalista observa e contempla as diversas e singulares maneiras de interpretação dos fenômenos. O que, nesse sentido, transmite para a sociedade a equivocada compreensão de que apenas os valores, os conhecimentos, as técnicas e os métodos reproduzidos, sustentados e apoiados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento são válidos e eficientes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sara. O primado do direito e as exclusões abissais: reconstruir velhos conceitos, desafiar o cânone. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n.º 43, set/dez 2016, p. 88-115.

BARBA, Romina B.; SANTOS, Nivaldo. A Bioeconomia no século XXI: Reflexões sobre Biotecnologia e Sustentabilidade no Brasil. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, [s.l.], v. 6, n.2, p. 26-42, jul/dez 2020. Disponível em:

<https://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/7023>.

Acesso em: 17 nov. 2021.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

BARRETO, Eduardo Sá. Crise Climática e o Green New Deal: uma primeira aproximação crítica. **Revista fim do mundo**, [s.l.], nº 2, maio/ago 2020.

BRASIL. Rumo a 4 bilhões de toneladas por ano. Senado Federal. **Revista Em Discussão!**

Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/residuos-solidos/materia.html?materia=>

[rumo-a-4-bilhoes-de-toneladas-por-ano.html](http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/emdiscussao/residuos-solidos/materia.html?materia=rumo-a-4-bilhoes-de-toneladas-por-ano.html). Acesso em: 19 nov. 2021.

BRASIL. Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016. **Conselho Nacional de**

Saúde. Disponível em:

[https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-](https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016)

[por-causa-da-ec-95-2016](https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016). Acesso em: 21 nov. 2021.

_____. Amazônia Legal. **TerraBrasilis (INPE)**.

Disponível

em:

<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal>

[/amazon/aggregated/](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/legal/amazon/aggregated/). Acesso em: 19 nov. 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; MENEZES, Juliana Souza Bravo De. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: o SUS totalmente submetido ao mercado. 16º **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**. Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

a 3 de novembro de 2019. Disponível em:
<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1878/1836>. Acesso em julho de 2020.

CHOMSKY, Noam. Aula 1 - Crise Climática e o Green New Deal. Curso Soluções para o Brasil. Escola KOPE, online, 67 min, 2020a. Disponível em:
<https://solucoesparabrasil.club.hotmart.com/lesson/M7qzzKvmOx/aula-1-crise-climatica-e-o-green-new-deal-com-noam-chomsky>. Acesso em: 19 nov. 2021.

CHOMSKY, Noam; POLLIN, Robert. **Crise Climática e o Green New Deal: A economia política para salvar o planeta**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Roça Nova, 2020.

MODELLI, Laís. Desmatamento na Amazônia na temporada 2020/2021 é o maior dos últimos dezanos, diz Imazon. **G1**. Disponível em:
<https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/08/19/taxa-anual-de-desmatamento-na-amazonia-e-a-maior-do-ultimos-dez-anos-diz-imazon.ghtml>. Acesso em 19 nov. 2021.

NAKAMURA, Fernanda de Castro A mobilização do direito para efetivação da saúde: a questão da hipossuficiência em face da universalidade. **Tese de doutorado**. Faculdade de ciências humanas e sociais - Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 2021. 154 p.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 29, n. 1, 2020.

RIBEIRO, Wagner C. Globalização e Geografia em Milton Santos. **Revista electrónica de geografia e ciencias sociales**, [s.l], vol. VI, nº 124, set. 2002.

Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/roteiopedagogico/recursometod/5707_miltonsantos.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021.

VELASCO, Clara. Raio X do saneamento no Brasil: 16% não têm água tratada e 47% não têm acesso à rede de esgoto.

G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/24/raio-x-do-saneamento-no-brasil-16percent-nao-tem-agua-tratada-e-47percent-nao-tem-acesso-a-rede-de-esgoto.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2021.